



As Contribuições da Educação Biocêntrica para a Igualdade de Gênero

Maria Helena Rodrigues Campelo¹

Resumo: Esse estudo sobre “As contribuições da Educação Biocêntrica para a igualdade de gênero” constitui o trabalho de conclusão de curso, resultado da minha formação na Pós-Graduação em Educação Biocêntrica, reflete o meu interesse pela temática na área sobre gênero, na atuação com mulheres, e na busca para me tornar educadora biocêntrica. A minha pesquisa nessa área articula compreensões sobre as relações construídas e reproduzidas no contexto histórico, social, político e cultural que afetam a vida das mulheres. A metodologia utilizada para esse trabalho compõe-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica, uma vez que procuro trilhar um percurso teórico para compreender as categorias de análise: igualdade de gênero, identidade e educação biocêntrica, destacando conceitos como: feminismo, feminino, feminilidade. Utilizo nesse percurso as referências de teorias da Psicanálise, da Psicologia, da Educação Biocêntrica, articulando aproximações e diálogos entre os autores. Como considerações finais, proponho a Educação Biocêntrica necessária para a construção de um novo paradigma e de uma nova cultura, pautada na valorização da vida e no respeito aos seres humanos, pois o reconhecimento da diversidade entre homens e mulheres constitui uma possibilidade a ser fortalecida em nossa sociedade.

Palavras-chave: Igualdade de gênero, identidade, educação biocêntrica.

Contributions of Biocentric Education for Gender Equality

Abstract: This study reflects the interest in the subject in the area on gender, in the performance with women, and in the quest to become biocentric educator. The research in this area articulates understandings about relationships built and reproduced in the historical, social, political and cultural context that affect women's lives. The methodology used for this work is composed of qualitative and bibliographical research, since I try to follow a theoretical course to understand the categories of analysis: gender equality, identity and biocentric education, highlighting concepts such as: feminism, feminine, femininity. I use in this course the references of theories of Psychoanalysis, of Psychology, of Biocentric Education, articulating approximations and dialogues between the authors. As final considerations, the Biocentric Education is necessary for the construction of a new paradigm and a new culture, based on the valorization of life and respect for human beings, since the recognition of the diversity between men and women is a possibility to be strengthened in our society.

Keywords: Gender equality, identity, biocentric education.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Educadora Biocêntrica. Especialista em Serviço Social, Seguridade Social e Legislação Previdenciária. Psicóloga Clínica. Assistente Social. Professora da Faculdade Cearense - FAC. Diretora Operacional do Instituto Beatriz e Lauro Fiuza - IBLF. Facilitadora em Educação Biocêntrica professora do Centro de Ensino Superior - Faculdades Cearenses - FAC; Professora da UNINASSAU Fortaleza. Contato: lenacampelo@gmail.com.

Introdução

O interesse pela temática sobre *As Contribuições da Educação Biocêntrica para a igualdade de gênero* teve origem a partir de desejo individual, das minhas vivências pessoais e minhas experiências profissionais de identificação com as questões feministas. A temática deste estudo emergiu a partir de reflexões sobre as possibilidades de construção de perspectivas que valorize e potencialize a vida das mulheres. Diante da realidade de desigualdade de gênero que nos afeta como mulheres, surgiu a preocupação em identificar como o paradigma da Educação Biocêntrica pode contribuir para transformações nesse contexto.

O presente trabalho constitui uma exigência para a minha titulação da *Pós-Graduação em Educação Biocêntrica: A pedagogia do Encontro*, na qual todo o meu processo vivenciado ao longo dos estudos possibilitou a reflexão e a definição do tema. As pesquisas na área da educação ampliaram as perspectivas de abordagens e intervenções em diversos campos de atuação profissional. A aproximação entre as categorias de análise relacionadas à Educação Biocêntrica e gênero, demandou a articulação teórica com conceitos, tais como: gênero, identidade, feminismo, feminino, feminilidade. O cotidiano revela que existe uma educação sexista tradicional e conservadora, na sociedade brasileira contemporânea, que causa impactos negativos para as mulheres, esse processo se intensifica nos âmbitos familiares, domésticos, profissionais, comunitários e sociais. Nessa perspectiva, procuro compreender a realidade da sociedade, marcada por uma cultura machista e patriarcal, que reforça a desigualdade de gênero. Em oposição a esse cenário, o paradigma biocêntrico, potencializador da vida, se constitui uma possibilidade para a igualdade, a ser vivenciada por mulheres e homens. Assim, a pergunta de partida que emergiu foi: *Quais as contribuições da Educação Biocêntrica para a igualdade de gênero?*

A temática é relevante para estudos e pesquisas, uma vez que a observação sobre a história, especificamente da realidade brasileira atual, permite identificar a configuração de uma sociedade que reforça a opressão e a subordinação do feminino. Nesse contexto, as mulheres sofrem com estereótipos, preconceitos e violências. Considerando a perspectiva da Educação Biocêntrica compreende-se as possibilidades da cultura biocêntrica ser vivenciada na sociedade, contribuindo para a construção de uma educação não-sexista e sem discriminação, na qual a valorização da vida sobressaia sobre qualquer forma de violação aos direitos humanos.

Historicamente, a preocupação com a constituição e o desenvolvimento humano percorre o universo dos estudos acadêmicos, possibilitando reflexões para a pesquisa de fenômenos relacionados aos conceitos de sexo, gênero, sexualidade, identificação, subjetivação. Dessa forma, construíram-se referenciais para a categoria gênero, com explicações relacionadas à construção das representações sobre o feminino e masculino. Nessa linha, destaco a contribuição das teorias humanas, sociais, psicanalíticas, do movimento feminista, e considero a peculiaridade da Educação Biocêntrica para compreender perspectivas sobre o fortalecimento da igualdade entre homens e mulheres.

O objetivo foi identificar as contribuições da Educação Biocêntrica para a igualdade de gênero. A metodologia envolveu pesquisa teórica, bibliográfica, do tipo qualitativa. Compreendo que o método da pesquisa qualitativa permite a revisão de literatura sobre o tema, sistematização e construção das análises; com questionamentos que aprofundam o conhecimento sobre a realidade, apoiados em hipóteses que oferecem novas reflexões. Na pesquisa bibliográfica realizou-se o diálogo com teóricos da Psicanálise, da Psicologia e da Educação Biocêntrica para apreender-se melhor os conceitos. Inicialmente apresenta-se a construção dos referenciais teóricos sobre os conceitos de gênero, a partir das abordagens citadas. Sigue-se com contribuições de outras perspectivas para aproximar o pensamento biocêntrico. Na sequência, os conceitos essenciais à educação biocêntrica, destacando o de identidade pessoal. Em seguida, fez-se uma aproximação entre igualdade de gênero e Educação Biocêntrica. Por fim, as minhas considerações finais para este estudo.

Esse trabalho relata meu encontro e diálogo com as teorias, um caminho que percorri durante o curso, partindo da curiosidade incessante sobre a história das mulheres, mas principalmente olhando para a realidade que me afeta como pesquisadora, que impacta na construção de vínculos e nas vivências cotidianas entre homens e mulheres. Revela minha identidade, como as das mulheres com as quais convivo, aprendo e construo novas possibilidades. Como a Educação Biocêntrica valoriza as histórias de vida e o sentido do aprendido e do vivido, esse estudo carrega as minhas inquietações sobre o tema e a forma como mantive os referenciais do Serviço Social, da Psicologia, de pesquisas anteriores, articulando as novas referências para a reflexão ampliada e o diálogo amoroso, de forma interativa, como o próprio método integrativo biocêntrico sugere, apontando mudanças de perspectivas, buscando a construção de novos olhares para o mesmo fenômeno.

Compreensões sobre o Conceito de Gênero

Os estudos sobre as diferenças de sexo e gênero possibilitam diversas perspectivas a partir da abordagem de análise ou do campo de atuação. Considero as definições sobre a constituição dos gêneros feminino e masculino para compreender como a desigualdade de gênero afeta a vida das mulheres na sociedade. Nesse tópico, apresento as referências teóricas, destacando-se a contribuição, aproximação e diálogo entre autores que situam o fenômeno de formas diferentes.

A minha referência da Psicanálise, me possibilitou partir de Freud (1996), na obra *Feminilidade*, quando ele comenta sobre “o que é a mulher” e questiona como a mulher se constitui e se desenvolve a partir da criança, considerando que esta é dotada de disposição bissexual. Nesse trabalho, o autor apresenta a noção da bissexualidade humana, refletindo sobre a possibilidade de um indivíduo não ser homem ou mulher, “mas sempre fosse ambos – simplesmente um pouco mais de um, do que do outro”, e argumenta que “aquilo que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge ao alcance da anatomia” (FREUD, 1996, p. 115). Esse ponto demarca as reflexões sobre as possibilidades de desenvolvimento do gênero humano. Freud (1996) compreende que o processo de identificação e constituição de crianças como meninos ou meninas advém do desenvolvimento do complexo de Édipo e de castração. Sobre esse assunto, Freud (1996) afirma que masculino e feminino não correspondem a ativo e passivo, ou a agressividade e passividade, respectivamente; pois “afinal, a distinção anatômica entre os sexos deve expressar-se em consequências psíquicas” (FREUD, 1996, p. 124).

Compreendo com esta proposição que não é o aspecto biológico e o fato orgânico da existência de dois sexos que define o feminino e o masculino, pois esta definição é mais ampla, apreende outros aspectos sobre sua respectiva atribuição aos seres humanos.

A partir de Freud, outros autores psicanalistas também comentam sobre a noção de feminilidade. Seguindo essa abordagem, apresento as referências de Robert Stoller (1993) na sua obra *Masculinidade e feminilidade: a apresentação de gênero*. Este autor apresenta um conceito importante para pensar a noção de gênero em psicanálise, quando considera que o termo identidade de gênero se “refere à mescla de masculinidade e feminilidade em um indivíduo, significando que tanto a masculinidade como a feminilidade são encontradas em todas as pessoas, mas em formas e graus diferentes” (STOLLER, 1993, p. 28). Stoller (1993)

pontua que essa concepção é diferente da qualidade de ser homem ou ser mulher, pois esta tem conotação com a biologia; e, portanto, a identidade de gênero apreende um *comportamento psicologicamente motivado*. O autor define que “embora a masculinidade combine com a qualidade de ser homem e a feminilidade com a qualidade de ser mulher, sexo e gênero não estão, necessariamente, de maneira direta relacionados” (STOLLER, 1993, p. 28). Essa compreensão amplia as possibilidades sobre a relação sexo–gênero, buscando compreender as origens da masculinidade e da feminilidade, Stoller (1993) pontua que o estágio mais inicial no desenvolvimento humano pode ser conceitualizado como o sentido do sexo da pessoa. Assim, considera como seu principal conceito a *identidade de gênero nuclear*: “é uma convicção de que a designação do sexo da pessoa foi anatômica e psicologicamente correta” (STOLLER, 1993, p.29). Stoller (1993) comenta que Freud apresentou a descrição da masculinidade nos homens acreditando que “a qualidade de ser um homem e a masculinidade são os estados principais e mais naturais, e que ambos, homens e mulheres, consideram a qualidade de ser mulher e a feminilidade menos valiosas” (STOLLER, 1993, p.32). Sobre a feminilidade em Freud, Stoller aponta que esta aparece como “um estado secundário, defensivo, adquirido muito tarde no desenvolvimento, é mais o produto da renúncia à esperança do que o resultado das experiências prazerosas” (STOLLER, 1993, p. 34). Assim, contrariando a proposição freudiana, o autor afirma que o conceito de identidade de gênero nuclear modifica a base da teoria psicanalítica.

Na perspectiva psicanalítica, Jaques André (1996) em seus estudos sobre *As origens femininas da sexualidade*, partindo de proposições freudianas, comenta que o núcleo do amor tem uma relação profunda com a feminilidade, sendo esta *a própria qualidade da alteridade*, afirmando que *o elemento feminino é o recalcado por excelência*. O autor considera que a concepção freudiana revela a originalidade da descoberta psicanalítica: “a sexualidade humana é pulsional, e a pulsão é radicalmente desqualificadora do instinto (de reprodução)” (ANDRÉ, 1996, p. 18). Essa aproximação entre feminilidade e alteridade amplia os horizontes de análise sobre o termo gênero. Seguindo a compreensão de Stoller, André (1996) defende a hipótese sobre a posição feminina, a partir da *sedução originária*. O autor sugere que a sua teoria da feminilidade localiza-se em contradição com a tese de Freud, segundo a qual, a teoria sexual infantil situa a masculinidade originária da criança fetichista, do complexo de castração. Sobre a primazia do falo em Freud, André (1996) explica que o sexo masculino, diante da simbolização fálica, “é para todo o mundo o mesmo, quer o tenha ou não”; isso significa que

“o falo é o primado de um sexo, apenas um, sem outro senão sua própria essência” (ANDRÉ, 1996, p. 115). A hipótese de André (1996) é que a concepção da feminilidade primária tem uma relação com a constituição do sujeito psicosssexual, permite a mudança das origens da sexualidade feminina para a feminilidade das origens da psicosssexualidade. Sua hipótese considera a psicogênese da feminilidade, que “por articular as primeiras experiências passivas da criança pequena com a posição feminina, tende a aproximar a psicogênese da feminilidade da gênese da psicosssexualidade em geral, a aproximar o interior feminino do inconsciente” (ANDRÉ, 1996, p.116). Para o autor, essa compreensão das posições femininas e masculinas acentua que o outro sexo, para o homem ou a mulher, “é sempre o sexo feminino”.

Ainda com base na Psicanálise, observo as contribuições de Lattanzio (2001), que constrói um percurso histórico sobre o surgimento e evolução do conceito de gênero na teoria psicanalítica, compreendendo a importância da alteridade na constituição do sujeito psíquico. O termo gênero, pontua Lattanzio (2001), surgiu no campo científico para estudos teóricos, na década de 1950, pelo psicólogo norte-americano John Money, para expressar as diferenças entre o sexo anatômico de uma pessoa e sua identidade sexual. Aponta que, de forma pioneira, Money apresentou a importância da designação parental na definição de uma identidade sexual, em relação ao determinismo biológico, e o conceito de gênero foi criado para significar a relevância da cultura e do ambiente sobre o sexo, que era compreendido como um dado biológico. Posteriormente, comenta que os psicanalistas Ralph Greenson e Robert Stoller desenvolveram o conceito de gênero, considerando as primeiras relações entre mãe e filho na definição do gênero da criança. Tais autores consideraram a primazia da alteridade na delimitação da qualidade da identificação em sentir-se homem ou mulher. Articulando as contribuições, Lattanzio (2001) realiza uma contextualização histórica sobre a identificação da feminilidade, explica que para Freud, a identidade sexual aparece como algo linear, nos meninos com a identificação com o pai, e nas meninas, com a condição de castração para à feminilidade dita normal. Assim, a constatação freudiana “de que os seres humanos percebem apenas a existência de um sexo - o masculino - que pode estar presente ou ausente, longe de ser um fato biológico, é algo que se situa absolutamente no nível da interpretação feita por Freud de um dado anatômico” (LATTANZIO, 2001, p.22).

De acordo com Lattanzio (2001), Stoller constituiu-se uma grande referência nos estudos de gênero, pois sua obra está ancorada na proposição de uma dupla inversão teórica: por um lado, “chamou a atenção para o fato de que a identidade de gênero ocorre num

movimento que se origina do exterior antes mesmo da existência de um Eu suficientemente formado capaz de desejar algo”; por outro lado, “deu corpo teórico à tese de Greenson, invertendo a noção freudiana de que a masculinidade é um destino mais fácil e mais desejado do que a feminilidade” (LATTANZIO, 2001, p.32). Todavia, Lattanzio (2001) pontua que Stoller desmontou a noção de uma primazia do masculino ou do falo, apontando para a direção de uma primazia do feminino, noção baseada na identificação precoce com a mãe. Para o mesmo, Stoller inverte a tese freudiana de uma primazia fálica, ao afirmar que a mãe ocupa lugar central, sendo que a primazia da feminilidade está baseada em dois fatos: as mães que estabelecem as primeiras trocas com os bebês; e o registro do desejo como registro da necessidade do bebê. Lattanzio (2001) busca a aproximação da teoria psicanalítica com a concepção de gênero e aponta que a psicanálise avançou quanto a uma primazia da alteridade na constituição identitária.

Em outra perspectiva, Bianco e Almeida (1997) fazem reflexões sobre articulações entre psicanálise e feminismo no Brasil. As autoras comentam sobre a organização da subjetividade feminina e de sua sexualidade, visando encontrar na teoria psicanalítica uma sistematização e argumentação que possibilitasse observar “a positividade da sexualidade feminina e a importância do desejo materno, não apenas por um bebê do sexo masculino, por um filho, mas, e sobretudo por uma filha” (BIANCO E ALMEIDA, 1997, p. 129). As mesmas argumentam sobre a possibilidade de “descentramento” da abordagem exclusivista sobre a proposta de um monismo fálico, pois a psicanálise “situa o pai (ainda que simbólico) como eixo fundamental para a subjetividade —, que seria também um fator de reprodução da linhagem autoritária e sexista” (BIANCO E ALMEIDA, 1997, p. 130). Elas criticam a Psicanálise que privilegiaria a fase edípica relegando o poder da primeira relação de objeto do ser humano, isso poderia reforçar o modelo de cultura patriarcal e sexista. Ressaltam que Freud constatou a diferenciação sexual, reconhecendo a “diferença anatômica entre os sexos”, também refletida por uma hierarquização social, essa diferenciação é apresentada na menina marcada pelos sentimentos de perda e de falta, sendo que o órgão masculino é supervalorizado em detrimento do órgão feminino. As autoras ponderam que o movimento feminista questiona essa teorização da perspectiva psicanalítica, explicam que a “identificação primária da mãe com a filha e o investimento libidinal parcial e parcializante experienciados nestes momentos iniciais de formação do subjetivo nas mulheres constituiriam uma "zona de cuidados" muito específica ao funcionamento do psiquismo feminino” (BIANCO E ALMEIDA, 1997, p. 132).

Nesse processo, elas sugerem que essa mudança de enfoque poderia ter como consequência um pensamento psicanalítico que valorizasse os enfoques feministas.

Sobre as aproximações entre a Psicologia e a categoria gênero, considero as pontuações de Narvaz e Koller (2007) que destacam a referência do movimento feminista para a definição desse conceito, na reivindicação dos direitos, no respeito às diferenças, desnaturalizando e desmitificando a condição de subalternidade, discriminação, dominação e opressão patriarcal. As autoras destacam as contribuições do movimento feminista no Brasil: a partir dos anos 1960, no contexto das reivindicações por direitos; nos anos 1970, com os estudos de gênero; após os anos 1980, com os partidos de esquerda contra a ditadura militar e pela redemocratização política; ao final da década de 1990, com a inclusão na academia do termo gênero e a diferenciação do sexo biológico. Narvaz e Koller (2007) comentam que o conceito de gênero inicialmente foi concebido a partir do sistema sexo-gênero, em que o sexo biológico e reprodutivo é constitutivo do gênero, sistema de características psicológicas e culturais que marcam diferenças entre homens e mulheres. Elas explicam que o termo gênero foi (des) naturalizado, passou a ser entendido como um campo discursivo, relacional e político, que traduz as estruturas de poder (NARVAZ E KOLLER, 2007, p. 217).

Outra perspectiva teórica é apresentada por Joan Scott (1989) em sua observação do conceito gramatical de gênero, pois afirma que as feministas começaram a utilizá-lo como organização social da relação entre os sexos, a partir da década de 1980, sendo utilizado primeiro na literatura como sinônimo de mulheres, posteriormente substituindo-o, buscando-se a legitimidade acadêmica pelos estudos feministas. De acordo com Scott (1989) gênero é utilizado para designar as relações sociais de poder entre os sexos, para indicar as construções sociais e as origens das identidades e dos papéis próprios aos homens e às mulheres. Ela explica que sua definição de gênero se divide em concepções integradas, sendo o núcleo central baseado nas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p.21). A autora destaca a natureza do gênero como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, ressalta quatro elementos relacionados entre si: o primeiro se refere aos símbolos culturais e representações sociais; o segundo diz respeito aos conceitos normativos e as interpretações do sentido dos símbolos sobre a binaridade masculino e feminino; o terceiro é referente a noção

política, às instituições e organizações sociais; o quarto está relacionado à identidade subjetiva, que implica a construção do poder em si.

Em uma perspectiva sociológica, gênero é compreendido por Saffioti (2004) enquanto categoria histórica que representa uma construção social, de normas e imagens do masculino e feminino, constitui uma gramática sexual que regula as relações entre homens e mulheres, revela uma divisão social e sexual do trabalho com base no sexo. A autora ressalta que sexo e gênero constituem uma unidade, gênero é social, mas também é corpo, pois o ser humano deve ser visto como totalidade, “uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2004, p.109). Saffioti (2004) compreende as desigualdades como reflexo de uma sociedade patriarcal, regida por um sistema hierárquico de poder que privilegia os homens, oprime, domina e explora as mulheres. Nesse contexto, as diferenças físicas, sexuais e biológicas são utilizadas para justificar a construção sociocultural da identidade feminina e dos papéis sociais. A dominação do sistema binário, patriarcal e capitalista se revela nos conceitos de gênero, classe, raça e etnia, orientação sexual, identificando os lugares de passividade e de submissão. Para a autora, a desigualdade de gênero é mantida pelo sexismo, constitui uma ideologia que reflete as diferenças assimétricas entre homens e mulheres. Saffioti (2004) apresenta o conceito de patriarcado, (viriarcado, androcentrismo, falocracia), que se refere ao regime de exploração, dominação e opressão do masculino sobre o feminino, tem como características: o poder político, o sistema de privilégios dos homens, onde figura a lei do Pai/Homem, o controle da sexualidade e a sujeição das mulheres.

O Gênero Feminino

A partir da compreensão sobre os conceitos de gênero procuro uma aproximação com outras perspectivas para relacionar as categorias com a Educação Biocêntrica. Nesse sentido, um estudo de Regina Célia Di Ciommo (2003) reflete sobre as contribuições do movimento feminista, apontando a perspectiva do Ecofeminismo, movimento social surgido no início da década de 1990 pelas feministas adeptas do ecologismo. Essa autora defende uma teoria ambientalista crítica, pautada na ética dos seres humanos para com o meio ambiente, que compreende um “[...], movimento político que representa a disposição das mulheres de, ao

superar a anterior inclusão desvalorizada na natureza reagirem contra sua antiga exclusão da cultura e colocarem-se ao lado da natureza contra as formas destrutivas e dualísticas da cultura” (DI CIOMMO, 2003, p.424). Di Ciommo (2003) comenta sobre as relações de gênero e a teoria da complexidade, apresentando o pensamento complexo de Edgar Morin como horizonte para compreender as interações entre concepções de gênero e feminismo, considerando as diversidades e a igualdade entre os gêneros.

Para Di Ciommo (2003) a referência da complexidade de Morin, enquanto abordagem contemporânea e paradigmática de mudanças, contribui para refletir sobre a superação de dicotomias, desigualdades e contradições entre homens e mulheres, e as transformações na relação entre a mulher e a natureza na sociedade. Para a autora, Morin situa a complementaridade dialógica e as interações entre os antagonismos, visando uma nova forma de pensamento, um novo significado às ações, um novo método que identifique as relações, conexões e complexidades. A autora ressalta, que “tudo que é humano é ao mesmo tempo psíquico, sociológico, econômico, histórico, demográfico, importando o fenômeno multidimensional e não a disciplina que seleciona uma dimensão desse fenômeno” (DI CIOMMO, 2003, p.427).

De acordo com Di Ciommo (2003) as relações sociais de gênero apresentam em sua própria configuração as perspectivas de desenvolvimento e superação das contradições, segregações, desigualdades. Para a autora, a teoria da complexidade aponta que é possível pensar outro modo de sociedade, um novo modelo de utopia ecológica. Di Ciommo (2003) aponta a necessidade de mudança nas concepções dualizadas sobre a identidade humana, sugerindo a construção de uma cultura alternativa que reconheça a dimensão da natureza e a relação histórica e cultural. A autora defende: “No modelo alternativo de desenvolvimento sustentável, que está sendo proposto, homens e mulheres deverão buscar valores essenciais que deem sentido à civilização. Relações igualitárias, com reciprocidade, não se conseguem por decreto, mas se conquistam, depois de esforço individual nesse sentido (DI CIOMMO, 2003, p. 439). Segundo a autora, é preciso evitar os reducionismos e dualismos sobre o conceito de gênero, compreender o pensamento complexo no que se refere à totalidade, a interação das relações e sistema entre os indivíduos, a sociedade e a espécie. A complexidade permite compreender as dimensões do ser humano: seus antagonismos e complementaridades.

Seguindo as compreensões sobre gênero, considero que a desigualdade de gênero e o sexismo emergiram com as diferenciações que se delinearam no percurso histórico de mudança

da valorização do feminino para o período de dominação masculina. Para compreender essas transformações, busco as contribuições de Betânia Moura (2017), (minha professora na Pós-Graduação e minha orientadora neste trabalho), que revela em seu livro *A Roda das Deusas*, uma contextualização da história das mulheres, a partir do destaque à Deusa – a Grande Mãe. A leitura desse livro foi essencial para compreensão da ruptura histórica do reconhecimento do sagrado feminino para a sua desvalorização diante da dominação masculina.

Sobre a origem do culto à Grande Mãe, Moura (2017) aponta que “a Terra foi o primeiro elemento cultuado pelos seres humanos”, a crença no sagrado e na divindade Terra, ser vivo Gaia, possibilitou que a Terra-Mãe fosse cultuada e adorada, o sentido religioso foi atribuído à percepção da fecundação e fertilidade. Assim, a autora explica que por uma associação, “[...] a Terra e a mulher foram concebidas como um milagroso ventre capaz de gerar a vida, infinitamente. Essa função reprodutora da mulher, até então desvinculada da sexualidade, deu origem a uma divindade feminina – a Deusa Mãe” (MOURA, 2017, p. 117). Nesse percurso, a autora comenta que foi associado à mulher o mistério da vida, da morte e do renascimento, de forma que a crença religiosa sobre a sacralidade feminina originou o culto à Deusa – Mãe. A mesma acrescenta que posteriormente, devido ao respeito e admiração da terra-mãe, a mulher foi cultuada como uma Deusa. “Estamos, portanto, diante da religião da Mãe, regida pelo princípio feminino” (MOURA, 2017, p. 117).

Em relação ao processo de surgimento e desaparecimento da Religião da Mãe (3.000 a 1.000 a.C.), Moura (2017) contextualiza que emergiu nos primórdios da civilização, representada pela imagem da mulher, e ressalta que “a primeira, a mais antiga, mais universal das religiões que se tem conhecimento foi a da Mãe, tendo por divindade única a Grande Deusa Mãe” (MOURA, 2017, p. 111).

No percurso da história da humanidade, Moura (2017) conta que a cultura matricêntrica, a linhagem matrilinear e a religião matriarcal foram substituídas e oprimidas pelo reinado e poder dos homens. Esse fato histórico ocorreu no período Neolítico (9.000 a 6.000 a. C.), “[...] quando a humanidade passa do nomadismo ao sedentarismo, inicia-se a época da caça, do plantio e da domesticação dos animais” (MOURA, 2017, p. 120). A autora acrescenta que nesse período o homem percebeu o seu papel na fecundação e procriação, antes relacionado às mulheres, com isso constatou que também atuava na concepção e as mulheres foram relegadas apenas à reprodução. Essa revolução possibilitou a mudança nas relações entre homens e

mulheres, marcadas por dominação e opressão, “[...] tendo como base o tripé: a posse do corpo da mulher, o controle sobre a natalidade e o matrimônio” (MOURA, 2017, p. 121).

Moura (2017) explica como ocorreu essa mudança de paradigmas, no período histórico da idade de bronze de do ferro, na qual se verifica o declínio da civilização matricêntrica e a religião da Deusa. Para a autora, esses fatos possibilitaram o surgimento de uma nova civilização baseada na dominação, na agressividade e no autoritarismo. “Inicia-se a perseguição da antiga religião da Deusa e se suas representantes – as mulheres” (MOURA, 2017, p. 121). Desse processo, emergiu a religião de um Deus, representante do masculino, legitimando o poder patriarcal, a supremacia dos homens. Resultou disso que “o culto à Mãe tornou-se a religião do Pai e a Deusa, relegada à função de procriadora e ao papel de esposa, filha, amante. À mulher foi delegada a função de vilã, vítima e escrava. Por fim, a Deusa foi ignorada e esquecida” (IDEM). Assim, com o surgimento do patriarcado, sistema dogmático baseado no poder e na propriedade do pai, criou-se um padrão de superioridade dos homens, excluindo e omitindo a expressão e a memória das mulheres, que teve como força motriz “a negação do lugar da mulher na história como representante e geradora de uma cultura matricêntrica, de um sistema matrilinear, que era caracterizado pela não violência, pelo poder conciliador, pela partilha, doação e conservação da vida’ (MOURA, 2017, p. 111).

Consequentemente, observa-se a desvalorização da mulher como símbolo da Mãe, pois o patriarcado possibilitou o poder de hierarquia do Pai, a criação de religiões monoteístas, a divisão sexual e social do trabalho. As qualidades femininas foram inferiorizadas diante da valorização das características masculinas, no processo de misoginia e perseguição às mulheres. Sobre esse aspecto, Moura (2017) comenta que as mulheres sofrem um processo de repressão e violências, resultante do sistema ideológico, político, social, cultural, econômico e religioso que destituiu e desvalorizou o feminino na sociedade. A autora comenta que a compreensão da mãe adorada como uma deusa, “doadora da vida e condutora da morte”, permitiu o surgimento de uma cultura de identidade, de respeito à terra e de cuidado com a vida, conhecida como matriciônica. Todavia, com o patriarcado, “essa mãe foi destronada e a cultura matriciônica solapada pela superioridade do homem, dominação da mulher e negação do feminino” (MOURA, 2017, p. 23).

Todos esses acontecimentos contribuíram para que historicamente se construísse uma desigualdade de gênero, expressa na cultura e nas formas de organização da sociedade. Essa violação às mulheres ainda persiste na atualidade, mas seus efeitos começaram a ser

questionados com a história de resistências das mulheres. Nesse contexto, por uma questão de reverência a nossa história das mulheres, esquecidas em feitos e relatos, é necessário destacar e evocar a memória das mulheres, feministas, militantes que diversas áreas, que se posicionaram e atuaram em defesa dos direitos das mulheres. Mesmo sob o risco de esquecer importantes contribuições para esse cenário, destaca-se alguns nomes, citadas na referida obra de Moura (2017) no cenário mundial: Cleopatra; Joana D'arc; Olympe de Gouges; Maria Madalena; Mary Wollstonecraft; Simone de Beauvoir; Amelia Mary Earhart; Clara Zetkin; Betty Friedan; Rosa Luxemburgo; Marie Curie; Rigoberta Menchu Tum; Emma Goldman; Shere Hite; Indira Ghandi; Margareth Thatcher; Chandra Talpade Mohanty; Isadora Duncan. E no contexto brasileiro: Luz Del Fuego; Chiquinha Gonzaga; Barbara de Alencar, Elvira Pagã; Leila Diniz; Nísia Floresta; Bertha Lutz; Patrícia Galvão; Anita Garibaldi; Tereza de Benguela; Maria Tomásia; Mãe Menininha do Gantois; Raimunda Putani Yawanawá; Rita Lobato; Raquel de Queiroz, Nélida Pinon; Carlota Pereira de Queiroz; Alzira Soriano; Benedita Souza da Silva Santos; Dilma Rousseff; Rose Marie Muraro. Que essas mulheres nos inspirem cada vez mais a fortalecer nossa identidade feminina em resistência e resiliência ao sexismo, patriarcado, machismo, misoginia.

Para mudar essa realidade de desigualdade de gênero, Moura (2017) afirma que é necessária uma transformação nos valores e nos relacionamentos entre homens e mulheres, com respeito às dimensões do feminino e masculino. A autora ressalta que “(...) é imprescindível reconhecer a parceria entre os gêneros, vivenciar a cooperação e solidariedade, criar novos símbolos e rituais de vínculo e desenvolver uma consciência coletiva dos valores do Sagrado Feminino” (MOURA, 2017, p. 135).

Para Moura (2017), na atualidade observa-se o renascimento da Deusa, a valorização do princípio sagrado feminino, como “uma metáfora para o reconhecimento da energia feminina divina em todos nós”, essa perspectiva fortalece a necessidade da destituição da cultura machista, e a desconstrução dos símbolos patriarcais masculinos, presentes na sociedade sexista, sustentada no patriarcado, como fundamento que justifica a violência contra a mulher. Assim, ela destaca a necessidade de resgatar a Deusa interior, pontuando a vinculação ao sagrado, à ancestralidade, as leis universais da natureza, destacando que “O encontro entre o feminino e o masculino dentro de nós é, inexoravelmente, uma importante contribuição para uma cultura de respeito a vida, voltada para a igualdade e solidariedade, paz e harmonia entre todos os seres vivos (MOURA, 2017, p. 24).

A Educação Biocêntrica e o Conceito de Identidade

No período histórico da contemporaneidade considero imprescindível olhar para os valores que orientam a sociedade, questionando sobre os impactos e influências das concepções sobre os vínculos familiares, comunitários e sociais, conseqüentemente, sobre a vida das mulheres. Os criadores da Educação Biocêntrica, Ruth Cavalcante e Cezar Wagner de Lima Góis (professores da Pós-Graduação) consideram que a Educação Biocêntrica tem como base o paradigma biocêntrico, o qual valoriza a vida em sua plenitude, e constitui “(...) um paradigma de um novo mundo humano, o qual nos leva a sentir e perceber o viver como o grande acontecimento da nossa existência, sendo a Vida totalidade sensível, sutil, organizadora, criativa, inteligente e sagrada” (CAVALCANTE e GÓIS, 2015, p.28). Assim, compreendem que a vida se revela em sua simplicidade e plenitude, presente imediato e cotidiano, cujo movimento pulsante gera mais vida. Essa perspectiva possibilita questionar os padrões conservadores sobre a vida, pontuando a construção de olhares, permitindo a passagem do enfoque epistemológico tradicional a abordagem da complexidade, da mística e da espiritualidade.

Cavalcante e Gois (2015) reforçam que o princípio biocêntrico constitui a estrutura para uma cultura também biocêntrica, revelando o fundamento para uma nova relação indivíduo-sociedade-natureza, “um princípio transcendente, democrático, ecológico e amoroso” (CAVALCANTE e GÓIS, 2015, p.41). Para a Educação Biocêntrica os seres humanos são compreendidos em sua totalidade, conectando corpo-mente-espírito ao universo, ao sagrado, assim, constituem-se como: “(...) ser sensível-expressivo-ativo-conectivo-emocional-cognoscente-espiritual” (CAVALCANTE e GÓIS, 2015, p.63). Nessa perspectiva, a Educação Biocêntrica se configura vivencial, dialógica, reflexiva, transdisciplinar, transcultural e transcendente. “É amorosa e constituída dos direitos da natureza e dos direitos fundamentais do ser humano: direito à vida, direitos humanos, direitos individuais, direitos sociais e direitos culturais” (CAVALCANTE e GÓIS, 2015, p. 64). De acordo com os autores a Educação Biocêntrica contempla as questões de ensino-aprendizagem relacionadas ao desenvolvimento humano, articula as dimensões do conhecimento, da identidade, da liberdade, da consciência. Nessa perspectiva, “incorpora a construção do conhecimento crítico, reflexivo e dialógico, além

de dimensões instintivas, afetivas, éticas, étnicas, míticas, históricas e ecológicas, nas quais a pessoa é considerada um ser inteiro e ativo (bio-sócio-onto-cosmológico-espiritual) que sente, pensa, fala e faz em consonância com a Vida, a Natureza em cooperação e solidariedade com os demais (CAVALCANTE e GÓIS, 2015, p. 51).

Nesse contexto, compreendo que a Educação Biocêntrica possibilita a construção de uma nova sociabilidade e cultura, baseados no respeito, na autonomia, na diversidade, na igualdade entre homens e mulheres, pois valoriza a vida, a equidade, a justiça, a paz e o amor ao que é humano, que conecta o Um e o Outro, a natureza e o universo.

A Educação Biocêntrica tem como fundamentos teóricos as referências de Rolando Toro, Paulo Freire e Edgar Morin, cujas respectivas teorias sobre o Princípio Biocêntrico, a Educação Dialógica e Pensamento Complexo são a base para compreensão do método integrativo biocêntrico: vivencial, amoroso e reflexivo, estruturado em: vivência, diálogo, reflexão, ação transformadora. A partir dessa estrutura emergem as categorias básicas da educação biocêntrica, compreendidas de forma articulada: “movimento, corporeidade vivida, potência de vida, potenciais de vida, fortalecimento de vínculos, inteligência afetiva, construção do conhecimento, conscientização, construção de sentidos, expansão da consciência, identidade pessoal, sujeito individual e coletivo” (CAVALCANTE e GÓIS, 2015, p. 116).

Dentre essas categorias, o conceito de identidade pessoal se aproxima da reflexão sobre as concepções de gênero, como tentativa para compreender a desigualdade que afeta as mulheres. A identidade de cada pessoa é um contínuo constituir-se, no sentido de que os seres humanos são e estão elaborando, organizando, atualizando e reconstruindo suas características em contato consigo, com o outro, com o mundo. Nessa perspectiva, a identidade é pessoal, pertence a cada um (a), é sensível aos processos e acontecimentos, se faz e refaz com a história e o movimento.

A Educação Biocêntrica, de acordo com Cavalcante e Góis (2015) valoriza a relação, a interação e as dimensões dos seres humanos, “[...] a expressão da identidade pessoal, cultural e planetária do sujeito individual e coletivo” (CAVALCANTE e GÓIS, 2015, p. 64). Para os autores, na Educação Biocêntrica a identidade pessoal se refere à identidade que tem suas origens na relação do sujeito com sua história, na qual “o sujeito individual surge da realidade histórico-cultural, que forja nele a consciência reflexiva e ética” (CAVALCANTE e GÓIS, 2015, p. 153). Os autores compreendem uma raiz antiga, natural, biológica da identidade, mas reforçam o elemento da historicidade na configuração da identidade como construção, sendo

algo relacional, único, singular. Dessa forma, a identidade se constitui “[...] como processo dialético histórico-social, construindo-se na história como ação e contradição em um cotidiano cultural e determinado” (CAVALCANTE e GÓIS, 2015, p. 155).

Cezar Wagner de Lima Góis (2012) amplia as contribuições ao conceito de identidade pessoal, reforçando a compreensão da vida acontecendo em sua singularidade, imediaticidade, beleza e mistério, entendendo a “identidade como corpo em movimento”, sendo a condição primeira para a diferenciação e integração do ser com o mundo. Góis (2012) explica que a identidade pessoal compreende um fenômeno complexo, que se expressa em interações sociais, no processo de vinculação consigo, com o outro, com a natureza, com a espiritualidade. Para Góis (2012) a identidade humana constitui uma multiplicidade, a expressão de si, e uma singularidade, na relação que estabelece com o contexto e o cotidiano; é a “[...] expressão transcendente, biológica e histórico-cultural, universal e particular, que se revela permanentemente, no processo de interação, vivência, representação e identificação do indivíduo com o outro e com a vida social” (IDEM).

De acordo com Góis (2012) a identidade de oprimido e explorado, aqui considero também oprimida e explorada, constitui expressão das relações de dominação e dependência que bloqueiam o potencial de vida das pessoas, sendo que essas condições geram “uma identidade negada, sofrida, desamparada, frágil e também violenta” (GÓIS, 2012, p. 110). Diante de um sistema de opressão, ocorre destruição física e mental, isso impossibilita o potencial de vida dos indivíduos, assim, “o núcleo de vida permanece enquadrado numa existência desumana e sem futuro, na qual a vida é violentamente negada ou sucumbida pela própria destruição do organismo” (GÓIS, 2012, p. 111). Nessa perspectiva, o autor enfatiza que a identidade pessoal resulta do processo de dominação, opressão, exploração e pobreza, constitui “(...) um modo de sobrevivência social, biológica, psicológica e espiritual, construído alienada e inconscientemente pelo povo pobre para reduzir sua angústia e sofrimento diante da miséria e da violência, para não ser eliminada socialmente, nem psíquica, nem fisicamente” (GÓIS, 2012, p. 107).

Essa expressão da identidade negada, oprimida ou explorada encontra-se presente na vida de muitas mulheres. A Educação Biocêntrica apresenta um caminho para fortalecer o encontro com a nossa identidade pessoal, com a vinculação de afetos comigo, com o Outro, com a totalidade. Esse percurso exige de nós coragem, para sermos quem somos e estarmos

presentes quando somos convidadas a viver sob outra perspectiva, um caminho sem volta, diria, mas aceito com amor e afeto.

A Igualdade de Gênero a partir da Educação Biocêntrica

O estudo sobre a categoria gênero permite compreender esse conceito como construção social, política e cultural das relações e diferenças sexuais entre homens e mulheres, entre masculino e feminino. Diz respeito a identidade subjetiva, aos comportamentos ditos pertencentes aos homens e mulheres, aprendidos e reproduzidos na sociedade, a partir dos valores, padrões, símbolos, normas, regras, instituições. O conceito de gênero exige critérios e distinções biológicas, sociais, culturais reconhecendo-se, conseqüentemente, as dimensões de raça/etnia, de geração e de classe. A concepção de gênero busca transformar as concepções conservadoras ao questionar a naturalidade dos papéis assumidos pelas mulheres na sociedade. A desigualdade de gênero, historicamente marcada por diferenças sexuais e sociais, corresponde a forma como os homens dominaram o espaço público, o poder econômico, político e a produção social, submetendo as mulheres ao lugar de desvalorização, opressão, subalternidade, submissão e exploração nos diferentes espaços, no âmbito privado, doméstico, familiar, e no público, trabalho, religiões, profissões.

A Educação Biocêntrica valoriza a vida, que pulsa em si, flui em movimento, elemento primordial de tudo, que acontece no tempo presente. Essa compreensão reconhece os seres humanos como protagonistas de suas próprias histórias, com respeito e autonomia na construção de um caminho permeado por afetividade, solidariedade e amorosidade, um percurso que demanda o reconhecimento da liberdade, igualdade, justiça, diversidade. Na Educação Biocêntrica, o ponto de partida para a constituição da identidade pessoal corresponde ao sentir-se vivo, expressão única e conectada a uma totalidade, que ocorre com presença e com vínculo, na qual, “a identidade é a vida acontecendo singularmente, a vida se revelando em sua imediaticidade e beleza” (CAVALCANTE e GÓIS, 2015, p. 157).

Nessa perspectiva, para os autores, a identidade pessoal aparece vinculada à concepção de amor: “a expressão da identidade é condição primeira para que o ser se torne amor, condição natural e biológica, anterior à historicidade e necessitando dela” (CAVALCANTE e GÓIS, 2015, p. 160).

A partir dessa perspectiva compreendo que a constituição da identidade humana se constitui e continua “o si mesmo” no processo de transformação, na presença com o outro e com a totalidade, com o diálogo entre as diversidades e singularidades. Sob essas referências, identifico que existe um contexto atua de desigualdade de gênero, de educação sexista, de cultura patriarcal, na qual as formas de opressão do patriarcado ocasionam impactos na constituição da identidade e subjetividade, principalmente sobre a vida das mulheres. É preciso olhar para esse cenário, refletir e identificar alternativas possíveis para a constituição da igualdade de gênero, considerando a complexidade que a realidade apresenta, na qual as próprias contradições e diferenças, constituem o solo para emergir oportunidades e alternativas. Nesse sentido, é necessário atuar sobre esse ambiente desconstruindo, desmitificando e desnaturalizando conceitos, a partir do paradigma biocêntrico, com o surgimento de um novo modelo pautado na equidade social.

É imprescindível ver e ressignificar esse lugar de negação e de violações do feminino, buscando-se reconhecer a história de resistência e resiliência das mulheres diante de um percurso de opressão, exploração, dominação. O caminho torna-se possível e viável quando se reconhece a condição humana, se fortalece os princípios biocêntricos. Nessa perspectiva, a história nos lembra a importância do movimento feminista para os direitos das mulheres, que demarcaram conquistas e avanços sociais, políticos e culturais. Além disso, a compreensão sobre o conceito de gênero e a constituição da identidade, possibilita ressignificar papéis e lugares socialmente legitimados, na qual a valorização do feminino torna-se indispensável para a construção do paradigma biocêntrico, que amplia as relações entre os seres humanos.

A perspectiva biocêntrica articula a coerência entre o princípio, a teoria e o método, possibilita criar contribuições para a igualdade de gênero. Essas alternativas são possíveis a partir da reflexão ampliada, do diálogo amoroso, da vivência e da ação transformadora. Considero que esse horizonte de atuação metodológica permite construir possibilidades baseadas em processos educativos e formativos que valorizem a vida, potencializem a identidade, e fortaleçam o feminino e o masculino, como opostos complementares.

Como sugestões de atuação, acredito na construção de metodologias que promovam o desenvolvimento humano e a equidade social, através de vivências, encontros dialógicos e participativos, com relatos e tentativas de experiências sobre a educação biocêntrica. Sugiro a prática formativa e vivencial com grupos de mulheres visando o reconhecimento da liberdade, o fortalecimento da autonomia, o respeito as diversidades, o fomento à igualdade, a

potencialização do diálogo, da reflexão, da paz e do amor, como indispensáveis à vida. Reconheço e indico a necessidade de práticas e técnicas para a valorização do feminino, como ações possíveis nos espaços públicos, nas instituições, nas organizações, nos movimentos sociais, nas comunidades, em todos os espaços que demandem articulações e novas construções.

Como exemplo de atuação, cito as minhas experiências profissionais com encontros formativos e vivências com crianças, adolescentes, mulheres, famílias, no meu espaço de trabalho institucional, um local definido como Organização da Sociedade Civil, que atua com educação não formal, localizada em territórios com índices de vulnerabilidade e risco social, na cidade de Fortaleza. Considero que nesse lugar institucional, como em outros semelhantes, é possível realizar ações educativas, desenvolvendo estratégias de atuação entre a equipe, os educandos e a comunidade, promovendo o fortalecimento de vínculos e a igualdade de gênero.

Ressalto a compreensão de que a mudança de paradigmas visando uma cultura biocêntrica constitui o caminho para a igualdade de gênero. A metodologia utilizada pela Educação Biocêntrica, com técnicas que possibilitam o diálogo, a reflexão, a vivência e a ação transformadora, permitem a construção de novas perspectivas. A criação de encontros educativos com temas geradores sobre a igualdade de gênero, são exemplos de ações possíveis para transformar um cenário de negação e ressignificar a identidade feminina. Outros caminhos possíveis demandam a educação de crianças, nas famílias, nas escolas e outras instituições, quanto a valores que potencializem a vida, o respeito, a solidariedade, a afetividade, a amorosidade, o respeito incondicional às diversidades e a igualdade de gênero.

Considero o reconhecimento da história de vida das mulheres, visando destacar as contribuições para a humanidade em todos os espaços da sociedade, como fortalecimento e reparação histórica da opressão ao feminino. Além disso, destaco a necessidade de diálogo e sensibilização também os homens sobre a importância da igualdade de gênero, pois é indispensável superar esse modelo de sociedade patriarcal e de cultura sexista, fomentando a educação e a construção de novos valores. Acreditar que é possível uma nova relação entre homens e mulheres é condição primeira para ressignificar a relação entre o masculino e o feminino, como forças complementares, como energia vital necessária para o desenvolvimento humano.

Considerações Finais

Os processos de pesquisa, sistematização e análise sobre determinados estudos acontecem vinculados as compreensões e perspectivas dos (as) pesquisadores (as). Isso também ocorreu no presente trabalho, uma vez que o tema se constituiu um desafio para tentar aproximar e relacionar uma temática que se apresentava com diferentes olhares e abordagens. Encontrar o fio condutor para percorrer este caminho demandou um esforço de atribuir sentido ao conhecimento, de fato, viver as categorias da educação biocêntrica: construção do conhecimento e construção do sentido. Todavia, compreendendo a importância da inteligência afetiva e da identidade pessoal, era impossível desenvolver um estudo que não considerasse a minha história de vida, olhando para o tempo presente e para a vida em movimento.

O meu interesse pelos estudos de gênero e a história da vida das mulheres emergiu há alguns anos diante da observação da minha própria condição feminina e feminista: mulher, jovem, negra, pobre, nordestina. Olhar e falar do lugar que se ocupa na sociedade exige coragem e resiliência, sob o risco de direcionar as teorizações sobre as respostas que se busca para as inquietações pessoais. Contudo, essa referência pessoal é o que sustenta a minha curiosidade e a minha determinação, resistência e resiliência em continuar estudos nessa temática, procurando sempre dialogar com teorias e abordagens que expliquem as categorias comentadas. Foi esse movimento que desenvolvi nesse estudo, busquei: identificar o conceito de gênero sob algumas abordagens, entender historicamente a categoria desigualdade de gênero, aproximando as reflexões sobre o gênero feminino, indicar a Educação Biocêntrica como uma perspectiva de valorização da vida, compreender a identidade pessoal, como elemento base para compreensão sobre gênero.

Esse trabalho instiga outras reflexões, para diálogos com outros estudos sobre esse tema, constitui uma abertura necessária para articulações posteriores sobre a temática. A Educação Biocêntrica apresenta-se indispensável para a construção de novos paradigmas para a cultura e para as transformações societárias. Torna-se imprescindível avançar e ter como horizonte a máxima da valorização da vida, de respeito aos seres humanos.

Importante nesse processo foi encontrar uma unidade, um caminho para seguir, construindo, mediando, inovando sobre sonhos e desejos que precisam ser compartilhados e fortalecidos para se tornarem reais: a igualdade de gênero é possível, se nós acreditarmos e criarmos estratégias e alternativas para transformar essa realidade desigual na qual vivemos. Busquei nesse trabalho chamar a atenção para a desigualdade de gênero que afeta a vida das mulheres, compreendendo que o machismo oprime o feminino na sociedade. A igualdade de gênero demanda uma mudança de atitude quanto a valorização do feminino e do masculino nos seres humanos, pois a vida se apresenta como valor único e universal.

Referências

ANDRÉ, Jacques. **As origens femininas da sexualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

BIANCO, Anna Carolina; ALMEIDA, Marlise Mírian de Matos. **Articulações psicanálise/feminismo: dificuldades e novas perspectivas**. In: Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Editora Rosa dos Ventos. Rio de Janeiro, 1997.

CAVALCANTE, Ruth; GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Educação biocêntrica: ciência, arte, mística, amor e transformação**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

DI CIOMMO, Regina Célia. **Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade**. Estudos feministas, Florianópolis, 11(2):360, julho-dezembro/2003.

FREUD, Sigmund. Edição Standart brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XXII. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos (1932-1936)**. Rio de JANEIRO: Imago, 1996.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Clínico-comunitária**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo. **O lugar do gênero na psicanálise: Da metapsicologia às novas formas de subjetivação**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2001. Capítulo 01.

MOURA, Betânia. **A Roda das Deusas: Deusa – arquétipo do feminino**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. **Revista Psico**, v. 38, n. 3, pp. 216-223, set./dez. 2007.

STOLLER, Robert J. **Masculinidade e feminilidade: apresentação de gênero**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan W. **Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica**. New York, Columbia University Press. 1989. (TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

CAMPELO, Maria Helena Rodrigues. As Contribuições da Educação Biocêntrica para a Igualdade de Gênero. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.45, p. 149-170. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 06/04/2019

Aceito 08/04/2019